

A. I. N° - 09299599/03
AUTUADO - MARIA APARECIDA COSTA RAMOS MIRANDA (ME)
AUTUANTE - WALTER LÚCIO CARDOSO DE FREITAS
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 17.08.04

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0297-01.04

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA EFETUADA POR ESTABELECIMENTO COM A INSCRIÇÃO ESTADUAL CANCELADA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. O contribuinte com inscrição cadastral cancelada está equiparado a não inscrito, devendo, quando adquirir mercadorias em outras unidades da Federação, recolher o imposto incidente sobre as operações subseqüentes, por antecipação tributária, no momento do ingresso das mesmas no território deste Estado. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 18/11/03 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige ICMS no valor de R\$ 570,51, decorrente da falta de antecipação do imposto incidente sobre operação interestadual com mercadoria destinadas a adquirente sem inscrição ativa no cadastro de contribuintes do ICMS (CAD-ICMS).

O autuado apresentou defesa tempestiva, fls. 25 e 26, alegando que não se enquadra nos artigos citados no Auto de Infração (125, II, “a”, 149, 150 e 191, todos do RICMS-BA/97), pois não é ambulante, tem endereço certo e possui inscrição estadual ativa. Diz que está enquadrada no SIMPLES, efetuando o recolhimento do imposto desde o mês de outubro de 2003, conforme conta de energia elétrica anexada à fl. 14. Afirma que não é um estabelecimento clandestino, já que possui registro ativo desde 14 de agosto de 2003.

Alega que a sua inscrição cadastral foi cancelada por um motivo banal: a planta anexada ao processo deveria ter sido feita de próprio punho, e o contrato de locação só tinha reconhecimento da firma do locatário. Frisa que, no momento da entrega da documentação, não foi feita nenhuma restrição aos documentos e não foi emitida nenhuma comunicação com esse teor. Menciona que as duas situações poderiam ser resolvidas mediante simples contato telefônico. Ao final, solicita que a defesa seja acatada e que seja liberada da exigência fiscal.

Na informação fiscal, fl. 30, a autuante diz que a ação fiscal foi iniciada em 12/11/03, com a lavratura do Termo de Apreensão nº 117079, quando o autuado estava com a inscrição cadastral cancelada, desde 18/10/03, pelo Edital nº 21/2003, conforme documento acostado à fl. 7 dos autos. Aduz que a razão do cancelamento está consignada na Ordem de Serviço nº 52466603, de 02/09/03, a qual foi concluída em 15/09/03 (fl. 31). Assevera que o fato de o contribuinte ter regularizado a situação após a ação fiscal, conforme comprova a Ordem de Serviço nº 53359303 (fl. 32), de 21/11/03, concluída em 10/12/03, não elide a acusação.

Alega que, conforme o art. 191 do RICMS-BA/97, a empresa foi considerada clandestina na época da ação fiscal, independentemente da sua reinclusão posterior no CAD-ICMS. Diz que nessa

situação, o autuado estava equiparado a empresa não inscrita e deveria promover o recolhimento do imposto, por antecipação tributária, na primeira repartição fiscal do percurso neste Estado, conforme preceitua o art. 125, II, do RICMS-BA/97. Ao final, solicita a procedência da autuação.

O autuado recebeu cópia da informação fiscal e dos novos documentos acostados ao processo pelo autuante, bem como foi concedido o prazo de lei para manifestação, todavia, o contribuinte não se pronunciou.

VOTO

A legislação tributária estadual prevê que a inscrição no CAD-ICMS será concedida após vistoria, efetuada pela fiscalização, no local onde se estabelecerá o contribuinte. Excepcionalmente a inscrição cadastral poderá ser concedida condicionada a posterior vistoria, a qual deverá ser realizada dentro de trinta dias. Caberá ao fisco providenciar a anulação da inscrição se a mesma, após a vistoria, for julgada imprópria ou inconveniente a sua manutenção.

No caso em lide, conforme os extratos do SIDAT às fl. 7, a inscrição do autuado – a qual tinha sido liberada sem prévia vistoria – foi indeferida após a realização da vistoria para validação (art. 171, XV do RICMS-BA/97). Dessa forma, o cancelamento da inscrição cadastral do autuado, efetuada em 29/10/03, foi regular e estava respaldada na legislação tributária estadual.

De acordo com o extrato do SIDAT à fl. 7, em 12/11/03, data da apreensão das mercadorias, o autuado ainda de encontrava com a sua inscrição cadastral cancelada e, portanto, estava equiparado a contribuinte não inscrito, devendo, quando adquirisse mercadorias em outras unidades da Federação, recolher o imposto incidente sobre as operações subseqüentes, por antecipação tributária, no momento do ingresso das mesmas no território deste Estado, o que não foi feito. Em consequência, a infração está caracterizada, assistindo razão ao autuante.

Por fim, ressalto que o enquadramento legal efetuado constante no Auto de Infração está correto e não merece reparos, pois retratava a irregularidade imputada ao sujeito passivo no momento da ação fiscal, quando o autuado estava com a inscrição cadastral cancelada.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **09299599/03**, lavrado contra **MARIA APARECIDA COSTA RAMOS DE MIRANDA (ME)**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 570,51**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de agosto de 2004.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA– PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

MARCELO MATTEDI E SILVA – JULGADOR